

Migrações Inter-Regionais em Portugal Continental, 1992-1999

Resumo

O conhecimento das migrações inter-regionais em Portugal tem sido sempre limitado pela escassez de fontes estatísticas disponíveis. Dada a inexistência de registos (exaustivos) de população - a fonte internacionalmente mais reconhecida para o estudo regular deste fenómeno -, apenas algumas fontes alternativas são exploradas. Estas são, contudo, pouco regulares ou não estão vocacionadas para a recolha deste tipo de informação.

O nosso principal objectivo, neste trabalho, é explorar uma fonte habitualmente pouco utilizada para o estudo das migrações inter-regionais: o Inquérito ao Emprego, realizado trimestralmente pelo Instituto Nacional de Estatística. Aquele inclui uma questão sobre a residência dos indivíduos um ano antes, semelhante à questão censitária retrospectiva, com uma representatividade que pode abranger NUTS II.

No presente texto irão ser estudadas as principais tendências recentes das migrações inter-regionais em Portugal com base no IE. A série em análise situa-se entre os anos de 1992 a 1999 e permite-nos traçar os movimentos internos da população ao nível das regiões NUTS II. Conclui-se que, apesar de algumas insuficiências, esta fonte de informação pode ser adoptada para o estudo das tendências migratórias e para a produção de estimativas demográficas regionais a nível NUTS II.

Cristina Oliveira
Direcção Regional de Lisboa e
Vale do Tejo/INE

João Peixoto
Instituto Superior de
Economia e Gestão/UTL

1. Introdução *

As migrações inter-regionais são um tema de estudo prioritário nas sociedades contemporâneas. Tal decorre de duas razões principais. Em primeiro lugar, as dinâmicas populacionais são hoje, em larga parte, tributárias do crescimento migratório e não do crescimento natural. Dado o acesso generalizado, dos países mais desenvolvidos, a uma situação de estabilização (ou recessão) demográfica, resultante do equilíbrio a baixos níveis da natalidade e mortalidade, é sobretudo a variação migratória que explica decréscimos ou aumentos populacionais. O conhecimento das migrações inter-regionais deve ser, neste aspecto, complementado com o das migrações internacionais.

Em segundo lugar, objectivos de equilíbrio regional estão hoje muito difundidos nas sociedades desenvolvidas. Depois de uma época, até aos anos 60, onde foram comuns movimentos com um sentido predominante dirigidos do rural para o urbano, ou de pequenos para grandes núcleos, o mapa do povoamento humano tornou-se mais complexo. As correntes migratórias inter-regionais são hoje, por um lado, menos abundantes e, por outro, multi-direccionais. As políticas governamentais têm-se aliado, frequentemente, às escolhas dos agentes sociais na promoção de uma distribuição mais regular da população pelo território.

O conhecimento das migrações inter-regionais em Portugal tem sido, porém, sempre limitado pela escassez de fontes estatísticas disponíveis. Dada a inexistência de registos de população - a fonte internacionalmente mais reconhecida para o estudo regular deste fenómeno -, apenas algumas fontes alternativas são exploradas. A mais importante é o Censo, que está na base da maioria dos estudos

sobre este tema em Portugal (cf., por exemplo, Baptista e Moniz, 1985; Cónim, 1985; Gaspar, 1987; Peixoto, 1994 e 1998; Saleiro e Campos, 1994). Outras fontes têm sido utilizadas pontualmente, como é o caso dos registos eleitorais.

As várias limitações das fontes estatísticas utilizadas são conhecidas. No caso dos censos, alia-se o longo período sem informação actualizada (no caso dos censos realizados decenalmente) a problemas específicos da informação recolhida. Tanto o método dos “resíduos”, como a exploração da variável naturalidade e as questões retrospectivas acerca da residência anterior apresentam problemas específicos de interpretação. Quanto aos registos disponíveis para estudo das migrações, eles são habitualmente imperfeitos, pois foram desenhados com vocações diversas e não cobrem, com rigor, os movimentos populacionais.

O nosso principal objectivo, neste trabalho, é explorar uma fonte habitualmente pouco utilizada para o estudo das migrações inter-regionais: o Inquérito ao Emprego (IE), realizado trimestralmente pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Este inclui uma questão sobre a residência dos indivíduos um ano antes, semelhante à questão censitária retrospectiva. As suas principais vantagens, em relação aos censos, são a actualização permanente da informação e a reduzida sub-avaliação do fluxo captado retrospectivamente (apenas um ano de recuo) ¹. A sua maior desvantagem é o carácter de inquérito por amostragem, ligado a problemas de representatividade para fluxos de reduzida dimensão.

No presente texto irão ser estudadas as principais tendências recentes das migrações inter-regionais em Portugal com base no IE. A série em análise

* Os autores agradecem a Ana Antunes, do Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais do INE, os comentários recebidos. A responsabilidade pelo conteúdo final do texto cabe, porém, apenas aos primeiros.

¹ Os censos contêm, habitualmente, uma pergunta com um afastamento de cinco anos e outra de recuo anual. Do ponto de vista metodológico, esta última produz resultados semelhantes à do IE.

situa-se entre os anos de 1992 a 1999 e permite-nos traçar os movimentos internos da população ao nível das regiões NUTS II. Os dados do IE permitem-nos saber quantas pessoas mudaram de região de residência, quais as regiões que receberam população (e quanta) e quais as que perderam. Devido aos erros associados a um inquérito por amostragem, não vamos analisar fluxos detalhados entre regiões particulares mas, apenas, valores agregados. Será observado apenas o Continente, excluindo as Regiões Autónomas dos Açores e Madeira, também devido à reduzida dimensão dos fluxos. Não foram estudadas as características demográficas e sociais dos migrantes, sob risco de estarmos a analisar informação com elevados erros associados.

Existem algumas condicionantes resultantes do nível regional em análise: devido à forma como são definidas as regiões NUTS II, não é possível contabilizar os movimentos interior/litoral. Apesar de a vertente da litoralização constituir um dos pontos primordiais da análise das migrações em Portugal, o IE não permite descer ao nível geográfico que seria aconselhável, isto é, NUTS III. De facto, quanto menor é a desagregação geográfica analisada, menor é o número de movimentos da população – e um instrumento como o IE não está vocacionado para um grande nível de pormenor.

Nas secções seguintes iremos estudar, em primeiro lugar, os principais aspectos metodológicos do IE, tendo em atenção o seu impacto na recolha de informação sobre migrações inter-regionais. Em segundo lugar, serão referidos os valores absolutos da imigração, emigração e saldos migratórios internos das regiões NUTS II do Continente português. Em terceiro lugar, iremos calcular taxas de atracção, permanência, repulsão, saldo

migratório e migrações brutas (somatório da imigração e emigração) para as NUTS II. Finalmente, serão extraídas algumas conclusões.

2. Metodologia ²

O IE tem por principal objectivo a recolha de informação acerca do posicionamento da população face ao trabalho. A condição perante o trabalho, o sector de actividade económica, a profissão e a situação na profissão, a escolaridade e a formação profissional, a procura de emprego, a situação um ano antes e o percurso profissional - constituem os principais aspectos da informação recolhida para cada indivíduo entrevistado. Face à diversidade regional do mercado de trabalho, o inquérito é realizado a nível de região NUTS II, sendo os valores da amostra e os seus ponderadores calculados de forma a que os dados finais sejam representativos a esse nível.

O IE é um inquérito por recolha directa: a informação é obtida através de entrevista directa ao indivíduo em questão ou a outro membro do agregado, se o próprio não estiver presente e algum dos membros do agregado presentes for considerado apto a responder por ele. São observados dois tipos de unidade: agregado doméstico privado e indivíduo, sendo a informação recolhida para todos os indivíduos pertencentes ao mesmo agregado. O IE é dirigido a residentes em alojamentos privados no espaço nacional. Consideram-se residentes no alojamento os indivíduos que, na semana de referência, vivam nesse alojamento, considerando ser essa a sua residência principal, e ainda os indivíduos que estejam ausentes do alojamento por “períodos curtos de tempo” ³, não ocupando outro alojamento de forma

² Esta secção baseou-se, na sua primeira parte, em documentos metodológicos do IE (INE, 1993 e 1998).

³ Segundo o IE, não é definido “período curto de tempo” dada a diversidade de situações possíveis.

permanente. O inquérito é alargado às pessoas a viver em alojamentos colectivos que têm alguma contribuição, real ou potencial, para o mercado de trabalho.

A amostra do IE é uma amostra de unidades de alojamento escolhidas de entre as unidades de alojamento que constituem a amostra-mãe. Esta é uma amostra probabilística areolar multietápica criada pelo INE a partir dos resultados dos Censos 91, para servir de base de amostragem aos inquéritos a realizar junto das famílias.

Em 1998 iniciou-se uma nova série do IE, com alterações significativas no que respeita ao plano de amostragem, dimensão e rotação da amostra. A amostra passou a ser constituída por secções de igual dimensão em cada região NUTS II, distribuídas uniformemente pelas treze semanas do trimestre, de forma a permitir apuramentos de resultados intercalares. A extrapolação dos dados é feita através de ponderadores por sexo e idade, para além da ponderação por região NUTS II já utilizada na anterior série.

A rotação da amostra (1/6 por trimestre) proporciona o seguimento dos mesmos alojamentos por um período de ano e meio. Este esquema de rotação traduz um compromisso entre a redução do enviesamento, caso se mantivessem os mesmos alojamentos na amostra durante um período prolongado, e o rápido esgotamento da amostra, caso se renovassem todos os alojamentos dum trimestre para o outro.

Uma das questões colocadas no questionário acerca da situação um ano antes é a da residência anterior. Os indivíduos são, aqui, questionados sobre qual era o concelho ou país onde viviam

um ano antes do momento de inquirição. Em rigor, as questões são as seguintes: “Há um ano atrás residia em Portugal? Em que concelho habitava? Ou em que país vivia?” Esta formulação, bem como a definição relativamente flexível de “residência”, não permite garantir que tratamos com migrações “permanentes” (deslocações com intenção de mudança de residência por um período superior a um ano), em alternativa a migrações “temporárias”. Contudo, é provável que sejam os movimentos “permanentes” que predominam na recolha.

É a informação neste quesito sobre a residência anterior que está na base dos valores que iremos analisar neste trabalho. Dada a representatividade do IE ao nível nacional e para regiões NUTS II, os números obtidos poderão descrever a situação migratória inter-regional do país. O maior problema reside na diminuta ordem de grandeza de muitos fluxos, o que introduz elevadas margens de erro – ou elevados coeficientes de variação – para os números daí resultantes. É para reduzir ao mínimo as margens de erro, inevitáveis num inquérito por amostragem, que serão analisados neste texto apenas indicadores agregados. Um outro problema resulta da natureza retrospectiva da recolha de informação, baseada no apelo à memória dos inquiridos.

3. Análise dos dados das migrações por NUTS II⁴

3.1. Região Norte

No ano de 1992 o total de entradas na região Norte (imigrantes internos) foi mais do dobro do número de saídas (emigrantes internos), tendo

⁴ Como já referimos no ponto 2, existe uma quebra de série no IE em 1998 devido a alterações metodológicas, devendo assim analisar-se a evolução dos dados com alguma precaução.

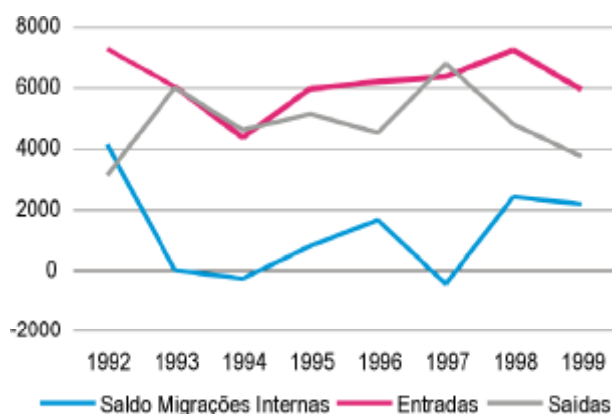
sido esta a região que recebeu um maior número de migrantes, depois da região de Lisboa e Vale do Tejo (LVT) (ver *Gráfico 1*).

O saldo das migrações internas foi positivo e o mais elevado no período em análise. Em 1993 a região registou um número de saídas muito superior (o dobro do ano anterior), tendo ainda o número de entradas diminuído ligeiramente; apresentou, assim, um saldo positivo mas de valor quase nulo.

A partir desta data as migrações internas da região sofreram oscilações pouco significativas, verificando-se que a evolução do saldo migratório ficou a dever-se essencialmente às alterações do número de saídas, uma vez que as entradas mantiveram uma tendência de crescimento quase constante (a partir de 1994).

Salienta-se, ainda, o saldo migratório negativo em 1997, ano em que o número de saídas cresceu significativamente. Em 1998 e 1999 a emigração interna apresentou uma tendência inversa, o que se reflectiu no saldo migratório.

Gráfico 1. Saldo Migratório Interno e Entradas e Saídas de Migrantes na Região Norte, 1992-99



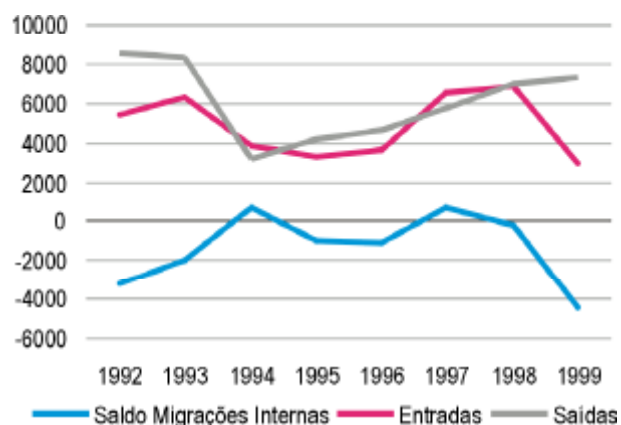
Ao calcular os valores médios anuais para o período em análise (1992 a 1999), verifica-se que a região apresentou o saldo migratório médio anual positivo mais elevado de entre as cinco regiões do Continente. O valor médio de entradas foi o segundo maior, depois de LVT, mas o de saídas foi o terceiro, depois de LVT e do Centro.

3.2. Região Centro

Em 1992 a região Centro registava um dos saldos migratórios internos negativos mais elevados do período em análise, o que se explica pelo valor máximo de saídas verificado durante estes oito anos (ver *Gráfico 2*).

Em 1994 o número de saídas decresceu de forma significativa, registando-se neste ano um saldo migratório interno positivo. A partir desta data o número de saídas manteve uma tendência constante de crescimento.

Gráfico 2. Saldo Migratório Interno e Entradas e Saídas de Migrantes na Região Centro, 1992-99



Assim, o saldo migratório interno varia essencialmente em função do comportamento da imigração interna na região, como se pode verificar analisando o gráfico. É de salientar o saldo migratório interno negativo mais pronunciado em 1999, acompanhado de uma queda significativa do número de entradas na região (o mais baixo do período em análise).

Analisando os valores médios anuais para o período de 1992 a 1999, verifica-se que esta foi a única região do Continente que apresentou um saldo migratório médio anual negativo. Tal como se pode verificar no gráfico, os valores do saldo migratório interno mantiveram-se negativos em praticamente todos os anos do período analisado. O valor médio de entradas foi o terceiro maior (depois de LVT e do Norte) mas o de saídas foi o segundo maior (depois de LVT).

3.3. Região Lisboa e Vale do Tejo

Esta foi, durante o período em análise, a região do Continente que registou uma maior mobilidade: saíram pessoas para todas as regiões e entraram pessoas de todas as regiões. Em 1992 a mobilidade atingiu um dos seus máximos (ver Gráfico 3). Nesse ano, o saldo das migrações internas foi positivo, tendo registado um dos valores mais elevados do período em análise, apenas superado no ano de 1993.

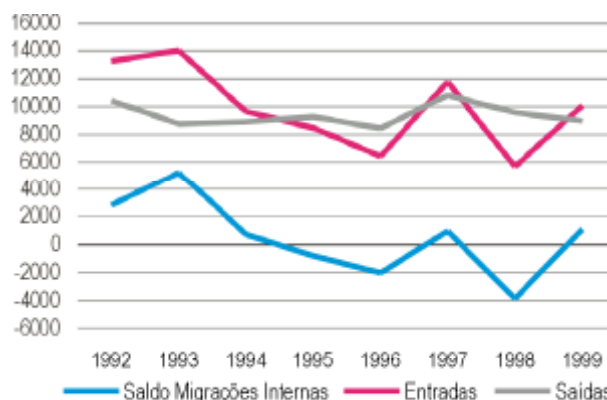
É de salientar que o número de imigrantes internos foi nesta região muito superior ao das outras regiões: quase o dobro da segunda região com o maior número de entradas.

No ano de 1993, LVT manteve a sua mobilidade: o número de indivíduos que entrou na região foi ligeiramente superior, o que conjugado com a

diminuição do número de saídas explica o aumento do saldo migratório interno.

1995 foi um ano em que se registou na região um saldo negativo, tendência que se acentuou em 1996. Esta tendência é explicada pela evolução da imigração interna, que baixou continuamente, uma vez que as saídas de migrantes de LVT se mantiveram muito estáveis ao longo de todo o período analisado. Em 1998 registou-se nesta região o saldo migratório interno negativo mais significativo do período em análise, resultante de uma forte quebra do número de entradas. Esta tendência inverteu-se no ano de 1999, o que se reflectiu no saldo migratório.

Gráfico 3. Saldo Migratório Interno e Entradas e Saídas de Migrantes na Região Lisboa e Vale do Tejo, 1992-99



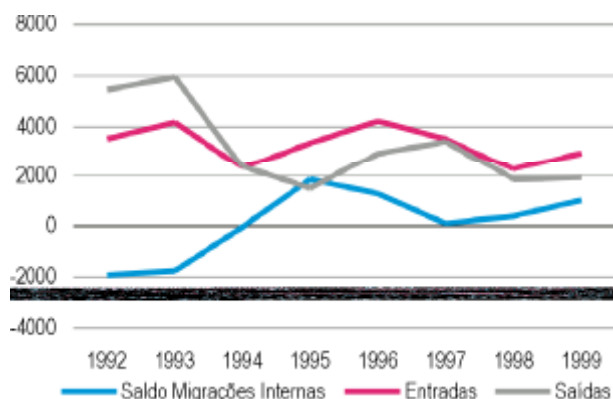
Analisando os valores médios anuais para o período de 1992 a 1999, verifica-se que esta foi a região do Continente com o maior valor médio anual de entradas e saídas. O saldo migratório médio anual foi positivo, embora apresentando um valor pouco significativo.

3.4. Região Alentejo

Em 1992 a região Alentejo apresentou o saldo migratório interno negativo mais significativo do período em análise (ver Gráfico 4). Só a partir do ano de 1994, com um saldo migratório interno quase nulo, a região deixou de perder população. A partir desta data e até ao fim do período em análise, a região não voltou a apresentar saldos migratórios negativos, mantendo uma evolução sem grandes oscilações.

Verifica-se que a linha de evolução dos saldos migratórios resulta sobretudo da tendência de evolução da emigração interna, com oscilações acentuadas entre os anos de 1992 e 1995. Por outro lado, as entradas revelam um comportamento muito constante, com oscilações pouco significativas. O ano de 1995 revela o maior saldo migratório interno positivo, explicado por uma quebra significativa do número de saídas da região.

Gráfico 4. Saldo Migratório Interno e Entradas e Saídas de Migrantes na Região Alentejo, 1992-99



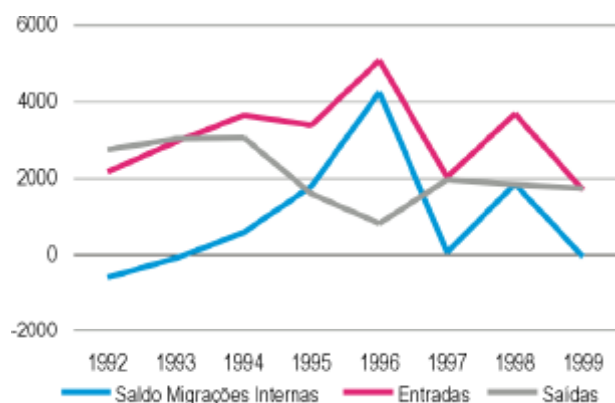
Analisando os valores médios anuais para o período de 1992 a 1999, verifica-se que o Alentejo apresentou um valor médio de entradas e saídas muito semelhante entre si, o que se traduziu num saldo migratório médio anual positivo, embora com um valor reduzido.

3.5. Região Algarve

Em 1992 esta foi a região que menos população perdeu por emigração interna, de entre todas as regiões do Continente, tendo recebido população de todas elas. No entanto, apresentava um saldo migratório interno negativo (ver Gráfico 5). 1994 foi o primeiro ano, no período em análise, em que esta região apresentou um saldo positivo, alterando-se assim a tendência antes demonstrada para perder população. Este facto ficou a dever-se a um acréscimo do número de entradas.

Analisando o gráfico, verifica-se que a linha do saldo migratório interno acompanha a evolução das entradas ao longo de praticamente todo o período analisado. Isto porque as saídas apresentam uma evolução mais constante, com variações pouco significativas.

Em 1996 esta região apresentava um número de emigrantes bastante diminuto, enquanto os imigrantes internos registavam um acréscimo significativo em relação ao ano anterior. Assim, verificou-se o saldo migratório interno positivo mais elevado do período em análise. Em 1997 esta tendência inverteu-se e a região apresentou um saldo migratório interno quase nulo. Em 1998 o número de entradas aumentou e em 1999 decresceu de novo, variação esta que se reflectiu nos saldos migratórios, tendo-se mantido quase constantes os valores das saídas.

Gráfico 5. Saldo Migratório Interno e Entradas e Saídas de Migrantes na Região Algarve, 1992-99

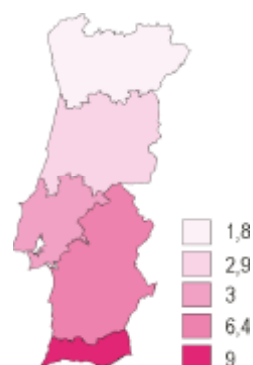
Analisando os valores médios anuais para o período de 1992 a 1999, verifica-se que o Algarve apresentou o segundo maior saldo médio positivo, depois da região Norte. Embora apresente um valor médio de entradas semelhante (e mesmo ligeiramente inferior) ao do Alentejo, ele é compensado por um valor médio de saídas significativamente inferior.

4. Análise das taxas migratórias por NUTS II

Nesta secção iremos analisar as taxas de atracção, permanência, repulsão, saldo migratório e migrações brutas (somatório da imigração e emigração) para as NUTS II. São relacionados, para este efeito, os valores detalhados dos fluxos de migrações internas (imigração, emigração, saldo migratório e migrações brutas) com o total da população residente nas regiões, em cada um dos anos em causa. Como complemento, a relação entre os indivíduos que permanecem na região e o total da população residente dá-nos a taxa de permanência.

A *taxa de atracção* traduz a relação entre os imigrantes internos e a população residente. A análise dos valores das regiões do Continente para os anos de 1992 a 1999 diz-nos que em quase todos os anos do período analisado a região do Algarve detém os valores mais elevados, seguida do Alentejo. As taxas de atracção destas duas regiões encontram-se geralmente muito acima dos valores apresentados pelas outras regiões. Em quase todos os anos verifica-se, igualmente, que é o Norte a região com a menor taxa de atracção por mil habitantes.

Isto significa que as regiões onde se sente o maior peso relativo da atractividade são o Algarve e o Alentejo, independentemente do número absoluto de entradas nas regiões. O contrário verifica-se no Norte, onde, apesar de existir um número significativo de entradas, o peso relativo da imigração é diminuto. Assim, apesar da região de Lisboa e Vale do Tejo deter o maior volume absoluto de entradas, o peso da imigração no total da população desta região é relativamente pouco importante.

Mapa 1. Taxas de atracção (por mil), 1992-99

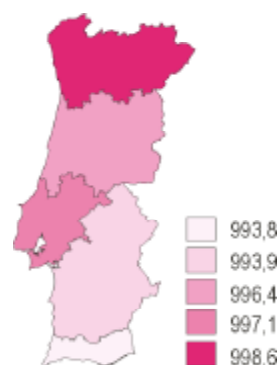
Analisando os valores médios anuais para o período considerado (ver *Mapa 1*), verifica-se que o Algarve apresenta uma taxa de atracção de 9 por mil, o Alentejo de 6,4 por mil e o Norte de 1,8 por mil. As regiões Centro e LVT apresentam, respectivamente, taxas de 2,9 por mil e 3 por mil, revelando assim um peso muito semelhante da imigração na sua população.

Curiosamente, são também as regiões do Alentejo e do Algarve que apresentam as menores *taxas de permanência* (relação entre a população que não migrou e a população residente) entre os anos de 1992 e 1999. Significa isto que têm as maiores taxas de repulsão? Efectivamente, estas são as regiões que em quase todos os anos do período analisado apresentam as *taxas de repulsão* (relação entre os emigrantes internos e a população residente) mais elevadas (ver *Mapa 2*).

Ao contrário, o Norte apresenta a taxa de repulsão mais baixa de entre todas as regiões, assim como a taxa de permanência mais elevada, situando-se esta última, constantemente, entre os 998 por mil e os 999 por mil ao longo do período em análise.

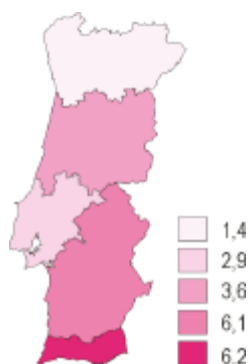
Ou seja, em termos de peso relativo na população residente, as regiões do Continente que mais sentem os fenómenos da imigração e da emigração são o Alentejo e o Algarve, apresentando uma taxa de permanência média anual muito próxima: 993,9 por mil para o Alentejo e 993,8 por mil para o Algarve (ver *Mapa 3*).

Mapa 3. Taxas de permanência (por mil), 1992-99

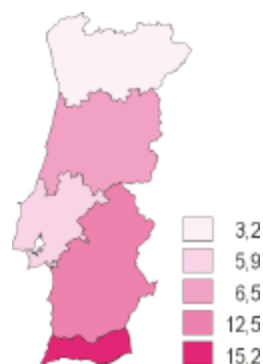


A grande diferença entre estas duas regiões revela-se na *taxa de saldo migratório interno* (relação entre o saldo migratório interno e a população residente). O Algarve apresenta a taxa de saldo migratório média anual mais elevada de entre todas as regiões (2,9 por mil), revelando o Alentejo um saldo inferior (0,2 por mil), semelhante ao da região de LVT (0,2 por mil) (ver *Mapa 4*).

Mapa 2. Taxas de repulsão (por mil), 1992-99



Mapa 4. Taxas de saldo migratório interno (por mil), 1992-99

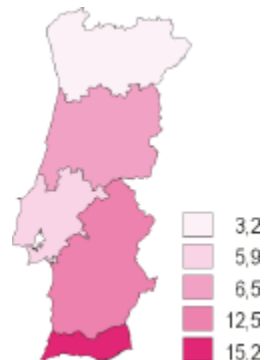


Já as regiões Centro e LVT apresentam uma taxa de permanência com um valor intermédio, por comparação com o Norte, o Alentejo e o Algarve. A taxa de repulsão da região Centro é quase sempre mais elevada do que a de LVT, atingindo por vezes o dobro. As taxas de repulsão destas duas regiões apresentam, no entanto, valores quase sempre intermédios por comparação com o Algarve e o Alentejo (os mais elevados) e o Norte (o mais baixo).

A taxa de repulsão média anual é de 3,6 por mil no Centro e 2,9 por mil em LVT. Também em termos de taxa de saldo migratório interno médio anual se verificam diferenças significativas, uma vez que o Centro é a única região onde este saldo se apresenta com sinal negativo (-0,8 por mil).

Os dados das *taxas de migração bruta* (relação entre as migrações brutas – somatório da imigração e emigração - e a população residente) confirmam a análise das taxas de atracção, permanência e repulsão. Verifica-se que as migrações brutas, por mil habitantes, são no Algarve e Alentejo aproximadamente o dobro do Centro e LVT, que por sua vez são aproximadamente o dobro do Norte (ver Mapa 5). Estamos a falar, obviamente, do peso relativo da população móvel na população residente destas regiões. Assim, verifica-se que, em cada mil indivíduos, houve no Algarve 15,2 que se movimentaram, no Alentejo 12,5, no Centro 6,5, em LVT 5,9 e no Norte 3,2.

Mapa 5. Taxas de migração bruta (por mil), 1992-99



No entanto, se analisarmos os valores absolutos das migrações, verificamos que a ordem das regiões se altera quase por completo: os valores médios anuais indicam que a região com maior número de migrantes é LVT, seguida do Norte, Centro, Alentejo e Algarve.

Poderemos, assim, concluir que o Norte é a região menos móvel, uma vez que a percentagem de população que a região atrai e repele é pouco significativa, em termos relativos, para o conjunto da população. Verifica-se o contrário a Sul, uma vez que as regiões do Alentejo e Algarve detêm as maiores taxas de atracção e repulsão do Continente. Quanto às regiões Centro e LVT, revelam uma posição “intermédia” em termos de mobilidade interna, com taxas de atracção próximas entre si. No entanto, a taxa de repulsão do Centro é maior do que a de LVT.

5. Conclusão

A análise dos dados do IE conduz a três conclusões principais. Em primeiro lugar, é clara a fronteira entre um grupo de regiões com maior e outro com menor mobilidade. Em termos relativos, as regiões mais móveis no Continente são o Alentejo e Algarve, onde uma fracção importante da população se movimenta inter-regionalmente, quer no sentido da entrada quer no da saída. A região com menor mobilidade populacional é o Norte, onde os valores relativos (entrada ou saída) são mínimos. O Centro e Lisboa e Vale do Tejo apresentam uma situação intermédia. Em valores absolutos a situação não é, naturalmente, a mesma, e o Norte e LVT são responsáveis pelo maior número de migrantes. A elevada dimensão populacional destas regiões, comparativamente às outras NUTS II, induz, porém, esta desproporção.

Em segundo lugar, notamos alguns sinais de equilíbrio territorial. Contrariamente à imagem por vezes difundida de que existem algumas regiões claramente atractivas e outras repulsivas em Portugal, o que encontramos foi uma certa convergência de situações à volta de saldos migratórios reduzidos. Embora em algumas regiões exista perda líquida de população, e noutras um ganho líquido, em nenhuma parece existir uma clara polaridade de situações. Todas, aliás, oscilam durante o período em análise entre valores líquidos positivos e negativos. É muito provável que a introdução de uma dimensão litoral/interior (isto é, a passagem da análise de NUTS II para NUTS III) pudesse contrariar este equilíbrio. Na incapacidade de realizar essa avaliação, resta a constatação de que, em matéria de regiões horizontais, as migrações são pouco assimétricas.

Em terceiro lugar, detectamos a existência de regiões “redistribuidoras” em Portugal. Tal como se deduz das duas conclusões anteriores, a coexistência de graus diversos de mobilidade com a generalização de saldos reduzidos só é possível porque, em certas regiões, há forte movimentação de entrada e saída, enquanto noutras a movimentação é baixa nos dois casos. O papel da região de Lisboa e Vale do Tejo deverá ser, a este respeito, enfatizado. Ela surge como um forte pólo emissor e receptor de agentes sociais no Continente, mantendo uma interacção elevada com todas as regiões continentais. O contraste com o Norte é elevado, uma vez que este não possui a mesma importância territorial, em termos migratórios, de Lisboa e Vale do Tejo ⁵.

Os dados que trabalhamos corroboram, em parte importante, algumas conclusões já estabelecidas sobre as migrações internas em Portugal. A ideia dos diferentes graus de interactividade territorial foi descrita, entre outros, por Ferrão (1985), ao reconhecer que a região de Lisboa possui conexões com o resto do território superiores a outras regiões. A maior atractividade do Sul perante as migrações internas - comparativamente ao maior apelo internacional a Norte - é, igualmente, conhecida (cf. Baptista e Moniz, 1985, entre outros). Tendências para o reequilíbrio territorial são destacadas desde o final dos anos 70 (cf. Gaspar, 1987 e Ferrão, 1996). Muitas das nossas observações vão, ainda, de encontro às resultantes da análise dos dados censitários de 1991, que confirmam as asserções acima referidas (cf. Peixoto, 1994). Deste modo, os dados para os anos 90 confirmam o carácter estrutural de alguns dos comportamentos territoriais em Portugal.

⁵ Deve lembrar-se que estas indicações se referem sobretudo a fluxos migratórios de natureza duradoura (implicando mudança de residência) entre NUTS II. A consideração de mobilidades temporárias (deslocações sem mudança de residência) e de níveis geográficos mais pormenorizados poderia reflectir algumas das nossas conclusões.

Em síntese, o potencial do IE para o estudo das migrações internas – e para o acompanhamento das políticas nesta área – é elevado. As informações daí derivadas deverão ser, contudo, apenas adoptadas para fluxos agregados, a nível de regiões NUTS II, e tendo em consideração que o erro anual pode ser significativo. Efectivamente, os dados do IE não estão isentos de problemas. Mesmo trabalhando a níveis bastante agregados, as flutuações que observámos nos valores anuais das migrações, em todas as regiões, podem ter

mais a ver com questões de amostragem do que com uma variação efectiva dos fluxos. Por outro lado, as questões do inquérito que nos permitem quantificar os migrantes apelam à memória dos inquiridos, o que pode ter efeitos sub-avaliadores nas respostas dos mesmos. Tendo em atenção estas condicionantes, o IE poderá ser um instrumento precioso para o estudo regular das tendências migratórias e para o cálculo de estimativas demográficas regionais.



Referências bibliográficas

- Baptista, A. Mendes e F. Moniz (1985), *Migrações Internas. Algumas Observações a Partir dos Fluxos Inter-regionais no Período 1973-81*, Lisboa, IACEP / NEUR.
- Cónim, Custódio (1985), "Migrações internas em Portugal - 1981", *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, INE, 27, pp. 7-42.
- Ferrão, João (1985), "Recomposição social e estruturas regionais de classes (1970-81)", *Análise Social*, Vol. 21, Nº 87-88-89, pp. 565-604.
- Ferrão, João (1996), "Três décadas de consolidação do Portugal demográfico moderno", in A. Barreto (Org.), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 165-190.
- Gaspar, Jorge (1987), *A Ocupação e a Organização do Território. Análise Retrospectiva e Tendências Evolutivas*, Lisboa, Gulbenkian.
- INE (vários anos), *Inquérito ao Emprego*, informação disponível não publicada.
- INE (1993), *Inquérito ao Emprego, Anos 90, Metodologia*, Série Estudos Nº 66.
- INE (1998), *Boletim Trimestral do Inquérito ao Emprego*.
- Peixoto, João (1994), "Os movimentos migratórios inter-regionais em Portugal nos anos 80 - Uma análise dos dados censitários", INE, Gabinete de Estudos Demográficos, policop.
- Peixoto, João (1998), "Selectividade migratória e dinâmicas regionais: as migrações inter-regionais em Portugal nos anos 80", *Revista de Estatística*, INE, 3º quadrimestre de 1998, pp. 73-112.
- Saleiro, Emília e Pedro Campos (1994), "As migrações internas na Região Norte", *Estatísticas e Estudos Regionais*, Nº 6, INE-DRN.